

A LITERATURA INDÍGENA NO APRENDE MAIS- VOL 1: REPRESENTAÇÃO OU REDUÇÃO?

SINTHIA SABINO COSTA¹; CAROLINE FERNANDA COSTA SCHNEIDT²;
NATÁLIA SANTOS KOPP³; MARIA EDUARDA GOMES LEMOS⁴; YASMIN
GONÇALVES SARAYA⁵

KARINA GIACOMELLI⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – *sinthiacosta1998@gmail.com*

²Universidade Federal de Pelotas – *carolinefcschneidt@gmail.com*

³Universidade Federal de Pelotas – *natalia.santos.kopp14@gmail.com*

⁴Universidade Federal de Pelotas – *mariaeduardag.lemos18@gmail.com*

⁵Universidade Federal de Pelotas – *yasminsaraya16@gmail.com*

⁶Universidade Federal de Pelotas – *karina.giacomelli@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte de ações da Política Nacional de Formação de Professores e integra a formação inicial de futuros docentes por meio de experiência prática no ambiente escolar. A iniciativa busca desenvolver competências docentes, promover a reflexão sobre a prática pedagógica e fortalecer a relação entre as instituições formadoras e as escolas de educação básica, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

O presente trabalho apresenta uma análise da presença da literatura indígena no material didático “Aprende Mais: Cadernos de Aprendizagem Contínua 2025 - Vol. 1”, utilizado em contexto de escolas não indígenas, especificamente na Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Francisco Simões, na qual desenvolvemos as atividades do subprojeto Língua Portuguesa do PIBID. Trata-se de uma pesquisa realizado no período letivo de 2025/1 nessa escola, que está localizada na cidade de Pelotas/RS.

A investigação desenvolvida pelas estudantes tem como base a Lei nº 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar, com ênfase especial nas disciplinas de Literatura, História e Arte. A implementação dessa legislação impulsionou políticas públicas educacionais a exigiram que os materiais didáticos incluam produções de autoria indígena nos materiais. Nesse sentido, nosso objetivo é investigar se, de fato, há espaço para vozes indígenas na proposta didática apresentada ou se há apenas a presença de uma literatura indianista, típica do século XIX, marcada por representações estereotipadas e idealizadas das comunidades e do sujeito indígena.

Para fins de embasamento teórico, este estudo recorre à obra de Denner; Dorrico e Denner (2020) e Dorrico (2022), que contribuem para a compreensão conceitual da literatura indígena contemporânea, destacando suas especificidades, vozes e formas de resistência no campo literário e como referência para a classificação e problematização da literatura indianista, expressão literária que teve grande prestígio no século XIX e que, ainda hoje, influencia representações sobre os povos indígenas. Com o intuito de aprofundar a análise em torno da presença (ou ausência) da literatura indígena em materiais didáticos, bem como sua

relevância pedagógica, foram consultadas também produções acadêmicas voltadas à crítica e à seleção desses objetos de ensino de Folle e Porto (2018).

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Para o desenvolvimento desta análise, adotou-se um procedimento metodológico voltado ao estudo e à sistematização do “Caderno Aprende Mais – Volume 1”, disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de verificar a presença ou ausência da literatura indígena nesse material conforme previsto na Lei nº 11.645/2008.

Inicialmente, realizou-se a leitura da referida legislação, a qual estabelece, em sua redação, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no currículo escolar. Com base nessa leitura, foi possível inferir que materiais de formação continuada, como os cadernos analisados, também devem contemplar tais conteúdos, sobretudo considerando que a abordagem da literatura nesse tipo de material está majoritariamente voltada a práticas de leitura e interpretação textual. Em seguida, procedeu-se à leitura do artigo “A Fortuna Crítica (da exclusão): Makunaimî na Literatura Indígena Contemporânea”, da pesquisadora indígena Julie Dorrico (2022). Segundo a autora, “a literatura indígena surge da autoria, do momento que os indígenas passaram a ocupar na sociedade brasileira o ofício de escritores sem que para isso precisassem negar suas identidades originárias, aliás, afirmando tais identidades” (Dorrico, 2022, p. 115). A partir dessa perspectiva, entende-se que, para que uma obra seja considerada parte da literatura indígena, é necessário que seu autor seja indígena e se reconheça como tal, reafirmando sua identidade étnica por meio da escrita.

Verificou-se que o material contempla exclusivamente obras pertencentes à tradição da literatura indianista, apresentando excertos do Capítulo II da obra “Iracema” e do Capítulo IV de “O Guarani”, ambas de autoria de José de Alencar, escritor representativo do romantismo brasileiro do século XIX. Nesse contexto, a figura tradicional do herói romântico europeu, com traços do cavaleiro medieval, foi substituída no imaginário brasileiro pelo arquétipo do “bom selvagem”: o indígena idealizado, submisso e catequizado conforme os valores da cultura cristã europeia. Essa representação literária contribuiu para consolidar um discurso que, embora se apresentasse como exaltação do indígena, reforçava estereótipos e apagava as vozes autênticas dos povos originários. Além desses trechos, o caderno inclui ainda dois textos apresentados como lendas indígenas, intitulados “O Uapé” e “História do Céu”, cuja autoria é atribuída ao Ministério da Educação (MEC).

Como consequência, a identificação e a análise da literatura indianista presente no material estudado, as PIBIDIANAS perceberam a necessidade de entender melhor sobre o conceito dessa literatura e como pessoas da comunidade enxergavam ela, realizando assim a leitura do artigo “Da literatura indianista à literatura indígena: sobre a imagem, o lugar e o protagonismo do/a indígena em termos de constituição da identidade brasileira” dos autores Leno Denner, Julie Dorrico e Fernando Denner (2020), em que para os autores a:

literatura indianista e sua proposta implícita de compreensão da identidade nacional nos moldes da grande família inter-racial, miscigenada e, por isso, identidade férrea e de unidade absoluta, que apaga, invisibiliza e despolitiza o racismo estrutural e a violência da e pela colonização. (Danner et al., 2020, p.622-623)

Essa citação marca de forma clara que a literatura indianista não representa a comunidade indígena do Brasil e nem representa a sua história ou cultura, de uma forma respeitosa e verossímil.

Essa abordagem, quando mantida como única referência aos povos originários nos materiais didáticos, contribui para a perpetuação de uma visão distorcida da cultura ameríndia no ambiente escolar, como alertam Folle e Porto:

Se o estudo da literatura brasileira for seguido com o apagamento das vozes indígenas e de suas produções literárias, tal como sugerem os livros didáticos analisados, teremos uma construção de memória social e cultural falha, lacunar e discriminatória por permitir a preponderância de grupos de escritores pertencentes a comunidade não indígena e por incitar a ideia de que a literatura brasileira se faz com autores brancos ou afro-brasileiros apenas. (Folle; Porto, 2018, p. 16)

Essa afirmação reforça a urgência de incorporar, de forma efetiva e crítica, a literatura contemporânea nos currículos escolares, garantindo a pluralidade de saberes na formação dos estudantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve ser, cotidianamente, um espaço de promoção da diversidade, do respeito às diferenças e de enfrentamento à exclusão e à discriminação. Mesmo após a promulgação da Lei nº 11.645/2008, observa-se que as produções literárias de autoria indígena ainda são, em grande parte, ignoradas nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas. Os textos de escritores indígenas raramente são mencionados, o que evidencia uma lacuna entre a legislação e sua efetiva implementação no cotidiano escolar. E quando o são, trata-se de textos clássicos que não representam a literatura indígena contemporânea, como se viu no material analisado.

Constatamos, então, que não há indicação significativa de autoria indígena, tampouco contextualização que confirme sua origem tradicional ou vínculo com comunidades específicas, o que levanta questionamentos quanto à representatividade e autenticidade da abordagem da cultura indígena no material.

Apesar dos esforços do ativismo indígena, tanto dentro quanto fora dos territórios, a consolidação da literatura indígena como parte do cânone educacional brasileiro ainda encontra diversos obstáculos. Lamentavelmente, muitos docentes da Educação Básica desconhecem a existência dessas produções, o que demonstra falhas na formação inicial e continuada de professores. Assim, as instituições formadoras de educadores, ao não incluírem essas vozes em seus currículos, acabam por perpetuar a ausência dessas literaturas e das culturas que elas representam.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645/2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

DANNER. L.F, DORRICO. J., DANNER. F., **Da literatura indianista à literatura indígena: sobre a imagem, o lugar e o protagonismo do/a indígena em termos de constituição da identidade brasileira.** Fênix–Revista de História e Estudos Culturais, Minas Gerais, Vol. 17 Nº 2, P. 619-641. 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/970/908>. Acesso em : 25 de jul. 2025.

DORRICO, J. et al. **A fortuna crítica (da exclusão): Makunaimê na literatura indígena contemporânea.** SESC, 2022. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/Dossie6_rev_CPF_N14_Semana22.pdf . Acesso em: 25 jul. 2025.

FOLLE, A.; PORTO, L. T. Literatura e Livro Didático no Brasil: A exclusão da Literatura Indígena no Ensino Médio. **Revista de Ciências Humanas**, v.19, n.02, p-5-23, 2018. DOI:10.31512/19819250.2018.19.02.5-23. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/3170>. Acesso em: 29 jul. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Aprende Mais.** 1º vol. Porto Alegre: SEDUC, 2025.